

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 065

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 017ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MAIO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Eli Ghellere.

Às dezessete horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1499

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o duto

Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto, itens 01 e 03 a 05, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a votação em bloco para as Proposições de Veto nº 056/2000 e 063/2000, oriundas do Projetos de Lei nºs 620/99 e 587/99, itens nºs 04 e 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Neste termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(aa) ADEMIR BIER

EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, destaque de discussão e votação para a Proposição de Veto nº 013/2000, oriunda do Projeto de Lei nº 247/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, item 02 de Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 21.05.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando destaque de discussão e votação para a Proposição de Veto nº 013/2000, oriunda do Projeto de Lei nº 247/99, item 02 da Ordem do Dia da presente sessão.
Aprovado.

Para encaminhar, Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, esta Proposição 13/2000 tem origem no projeto de Lei nº 257/99 que visa passar o município de Jataizinho para a região administrativa de Londrina.

Hoje o Município de Jataizinho faz parte da região administrativa de Cornélio Procopio, mas compõe a Região Metropolitana de Londrina. Existe projeto de lei apresentado pelos Deputados Luiz Carlos Alborghetti,

Hermas Brandão, por nós, na época pelo Deputado Eduardo Trevisan que fazia parte desta Casa, e aqueles deputados que militam, inclusive o Deputado Hermes Fonseca, os deputados que militam na região sabem da necessidade e da oportunidade que é passar o município de Jataizinho para a região administrativa de Londrina.

Portanto, eu solicito aos senhores deputados que apóiem, não ao Deputado José Maria, mas devem apoiar sobretudo à população de Jataizinho que bem conhecem o Cartário, que tem voto lá, conhecem o Hermes Fonseca, que conhecem o Deputado Miltinho Puppio, que não podemos mais continuar fazendo parte da região administração de Cornélio sendo que todo o fluxo de pessoas, de interesses de ligação, até a relação natural, o tráfego natural de pessoas é para Londrina e não para Cornélio Procópio.

Portanto, solicito, senhor presidente, senhores deputados, o apoio para o destaque e depois para voto “não” propositura do senhor governador, de nº 13/2000.

E solicito também ao líder do Governo, Deputado Durval Amaral, que é da região, compreende e conhece a nossa realidade, que também assim permita que a bancada do Governo possa se manifestar no sentido de apoio à população de Jataizinho.

Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar)

Quero aqui registrar que quando no meu primeiro mandato eu e o Deputado Homero Oguido - gostaria de homenagear o Deputado Homero Oguido que foi baluarte, deu sempre a sua vida pelo Norte do Paraná - e o então Governador Álvaro Dias, fomos ao Grêmio Literário e Recreativo Londrinense, onde o Deputado José Maria era prefeito, e ali no Grêmio, após um pronunciamento meu e do Deputado Homero, lançamos a Região Metropolitana de Londrina.

Sonhávamos com essa região metropolitana e houve um erro da nossa parte por não incluirmos Jataizinho. Jataizinho vem para Londrina. Jataizinho, Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Bela Vista, Serтанópolis, aquele eixo de produção agrícola maravilhosa.

Em homenagem ao Deputado Homero, gostaria de pedir ao Deputado Durval Amaral que liberasse a bancada, para que votássemos para que a população de Jataizinho se integrasse, junto com Cambé, com Rolândia, com Ibiporã, a nossa microrregião, que é uma região de todos, do Paraná.

Pediria que votassem por Jataizinho, para que integrasse a Região Metropolitana de Londrina.

É um apelo que faço ao Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação o requerimento que pede destaque do item 2.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ademir Bier e Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando votação em bloco para os itens nºs 04 e 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Retirado pelos autores.

O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)

Nós encaminhamos um requerimento, já que são matérias semelhantes e de caráter autorizatório. Encaminho para votação em bloco, para facilitar.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Tenho um outro requerimento à mesa, que engloba os itens 1, 3, 4 e 5.

Pergunto se, votado este primeiro requerimento do Deputado Strapasson e com a votação do meu requerimento, este estará prejudicado?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Estará prejudicado o requerimento do Deputado Strapasson.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

O requerimento do Deputado Durval Amaral pede a votação em bloco de quais itens da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

1, 2, 3, 4 e 5.

O Senhor Deputado Strapasson retira o requerimento?

O SR. EDSON STRAPASSON

Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de veto, itens 01 e 03 a 05, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, votaremos o item 02.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/2000, veto parcial ao Projeto de Lei nº 247/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a integrar o Município de Jataizinho a Região Administrativa de Londrina. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 417/99.

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 230/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 247/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 247/99, foi publicado em redação final, no D.A. nº 150/99, de 25/10/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO AO PROJETO DE LEI Nº 247/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, objeto de veto do governador, autoriza o Poder Executivo a integrar o Município de Jataizinho, à Região Administrativa de Londrina.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, por julgá-lo inconstitucional, ferindo notadamente o artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que assevera o seguinte: “compete privativamente ao governador do Estado a criação estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

Este foi igualmente o entendimento desta relatoria, quando da apreciação do projeto por esta Comissão de Constituição e Justiça. Na ocasião, fundamentamos nosso parecer, além do dispositivo supracitado, no artigo 21 da Constituição Estadual, que em suma exige que tal matéria seja regulada através de Lei Complementar.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Convido o senhor 1º secretário que proceda à chamada dos senhores deputados.

(É feita a chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Votaram 39 senhores deputados.

Convido os Senhores Deputados Hidekazu Takayama e Edson Strapasson, para fazerem a contagem dos votos.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Deputado Elio Rusch, da mesma forma na semana anterior eu pedi uma questão de ordem para contrapor algumas atitudes de Vossa Excelência, quero aqui dizer que tenho a humildade para reconhecer que Vossa Excelência tem nos últimos dias engrandecido esta Casa e presidindo a Assembléia com imparcialidade. E quero parabenizá-lo, em meu nome pessoal e em nome do PMDB, pela maneira como Vossa Excelência tem conduzido os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Atenção, senhores deputados:

Votaram 39 senhores deputados.

12, votaram Sim;

27, votaram Não.

Mantem-se o veto e está rejeitado o projeto.

Convido o senhor 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados, para que possamos votar os demais itens: item 01, item 03, item 04 e item 05 em bloco.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 009/2000, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o plano de incentivo do Governo Estadual. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 413/99.

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 237/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 258/99, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as “empresas contempladas com o Plano de incentivo Industrial do Governo Estadual, darão prioridade às empresas paranaenses para a execução de suas obras de construção, quando nas tomadas de preços ou licitações os valores das empresas de outros Estados estiveram em igualdade de preços, qualidade e tecnologia aos oferecidos pelas paranaenses.”

O veto parcial aposto recaiu sobre as disposições do parágrafo único, do artigo 3º, porque ao prever comprovação de contratos mediante registros em Cartório, viria estabelecer norma praticamente inócua, pois de todo e qualquer contrato consta, evidentemente, além de

outras definições de cunho obrigatório, a data de sua celebração e o respectivo período de eficácia.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 258/99, foi publicado em redação final, no D.A. nº 155/99, de 27/10/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO AO PROJETO DE LEI Nº 009/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses, pelas empresas contempladas com o Plano de Incentivo do Governo Estadual.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 490/99, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar à Pastoral da Criança, entidade de Utilidade Pública, o lote de terreno urbano nº 01, da quadra geral da cidade de Pérola D'Oeste, com área de 1.184,00, conforme matrícula 13.402, do Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, pertencente à Companhia Paranaense de Energia - Copel. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 034/2000.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 490/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a natureza jurídica do imóvel cuja doação é objetivada que, por integrar patrimônio de Sociedade de Economia Mista, não condiz com a pretendida forma de alienação.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 490/99, foi publicado em redação final, no D.A. nº 188/99, de 07/12/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 025/2000

P A R E C E R :

A presente proposição é oriunda do veto governamental parcial, ao projeto de Lei nº 490/99, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo doar à Pastoral da Criança, entidade de Utilidade Pública, o lote de terreno urbano nº 01, da quadra 79, da Planta Geral da Cidade de Pérola D'Oeste, com área de 1.184,00, conforme matrícula nº 13.402, do Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, pertencente à Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, ao encontrar o veto apostado dentro dos prazos constitucionais, apresenta parecer pelo encaminhamento da mesma deliberação do Plenário, desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.02.2000

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 620/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Marechal Cândido Rondon. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 167/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 126/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 620/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 620/99 foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 091/2000, de 28.06.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 056/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 620/99 de autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Marechal Cândido Rondon.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 063/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 587/99, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma delegacia na localidade de Cachoeira, no Município de Almirante Tamandaré. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 174/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 084/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 587/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 587/99, foi publicado em Redação Final no DA nº 067/2000, de 31.03.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 063/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 587/99, de autoria

do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma delegacia na localidade de Cachoeira, no Município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

(Procede a chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido o Deputado Ademir Bier, o Deputado Tiago Amorim Novaes, e o Deputado Divanir Braz Palma, para escrutinarem os votos.

Atenção senhores deputados para o resultado:

Votaram 32 deputados;

Votaram NÃO, 15 deputados

Votaram SIM, 17 deputados.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 22, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 010, 011/97, 020/98, 010/99 e 044/2000.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 287/2000

prover, ANGELITA ALVES MEDEIROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 3ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 288/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000, conforme específica:

1GP-5: MARIA ISABEL STRASSACAPO LOPES

1GP-4: MARIELZA CRISSI HOLL

2GP-1: ELIANE ZUKOVSKI

1GP-3: GILMAR BATISTA DE OLIVEIRA

1GP-5: ANTÔNIO CLARETE GUALBERTO

1GP-5: ROBERTO ELIAS SALOMÃO

1GP-4: ARNALDO AZZOLINI JÚNIOR

1GP-3 FLÁVIA ELIZA HOLLEBEN PIANA

2GP-1: ROSENE MARQUES DALZOTTO

II - prover, ANTÔNIO CLARETTE GUALBERTO, para exercer cargos em Comissão junto ao Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, ROBERTO ELIAS SALOMÃO, para exercer cargos em Comissão junto ao Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - prover, ARNALDO AZZOLINI JÚNIOR, para exercer cargos em Comissão junto ao Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000;

V - prover, FLÁVIA ELIZA HOLLEBEN PIANA, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000;

VI - prover, ROSANE MARQUES DALZOTTO, para exercer cargos em Comissão junto ao Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000;

VII - prover, EDSON DUPSK, para exercer o cargo em Comissão junto ao Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000;

VIII - prover, DEISE MARIA LAZARO, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de agosto de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 290/2000

I - exonerar, a pedido, ROBERTO MARTINS GUIMARÃES, do cargos em Comissão, símbolo DAS-5, o Gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - exonerar, a pedido, MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GUIMARÃES, do cargos em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, ROBERTO MARTINS GUIMARÃES, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - prover, MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GUIMARÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando a mesma autori-

zada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 291/2000

I - prover, ROGÉRIO MITRI DAVID, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - prover, ROSILMA NUNES DE ARAÚJO, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, IDALINA MENDES DA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de agosto de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 292/2000

prover, ERCULANO MOCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete da Deputada Serafina carrilho, a partir de 1º de agosto de 2000;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 293/2000

I - exonerar, a pedido, MARIA CÂNDIDA MORO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - prover, ELISA FRANCIANE ZOTTIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, LOTÁRIO SELVINO MARKUS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - prover, EDUARDO MARCEL ZOTTIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de agosto de 2000; ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 294/2000

I - exonerar, a pedido, ADILSON VICENTE DE BARROS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do

Gabinete da 3ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - prover, CAROLINA COSTA GARIB, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 3ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 295/2000

I - exonerar, a pedido, SALVADOR MORETTI, do cargos em Comissão, símbolo DAS-5, o Gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de agosto de 2000;

II - exonerar, a pedido, PATRIZIA VANZETTI CAMINI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, LUIZ CARLOS CAPOCCI, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - exonerar, a pedido, FÁBIO LUIZ DE ALMEIDA, do cargos em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de agosto de 2000;

V - prover, SALVADOR MORETTI, para exercer cargos em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete da Liderança do PSC, a partir de 1º de agosto de 2000;

VI - prover, FÁBIO LUIZ DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de agosto de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 296/2000

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de agosto de 2000, conforme especifica:

1GP-3: ELSON DE JESUS MARQUES
IVO NUNES DE AVELAR
CARLOS VALDIR HAHN
OSCAR LAUTHART
PAULO PIEKARZEWICZ
LAURO DIAS VILELA

II - prover, SÍLVIA MARIA ROSIAK, para exercer o cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de agosto de 2000;

III - prover, EDI GLACI HAHN, para exercer o cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de agosto de 2000;

IV - prover, AGNES LÚCIA LAUTHART, para exercer o cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de agosto de 2000;

V - prover, MARIA ELIZABET CORRÊA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de agosto de 2000;

VI - prover, THUINIE MEDEIROS VILELA, para exercer o cargo em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de agosto de 2000;

VII - prover, VERÔNICA DE PAULA PADILHA, para exercer o cargo, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de agosto de 2000.

(Prot. nº 7289/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.08.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Algaci Tulio, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Sérgio Spada, Chico Noroeste, Hermes Fonseca, Caíto Quintana e mais os Deputados Geraldo Cartário, Marcos Isfer, Augustinho Zucchi, Tony Garcia e Edson Strapasson. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 160/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2001. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 140/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/2001. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães à emenda de Plenário - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 117/2001, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 310/2000, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 123/2001, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do Deputado Her-

mas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 015/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 05/2001. O Senhor Deputado Algaci Tulio, relator da matéria lê o parecer favorável na forma das emendas anexas. Os Senhores Deputados Geraldo Cartário e Caíto Quintana oferecem emendas. O senhor presidente consulta o deputado relator se aceita analisar tais emendas e de acordo com a afirmativa, o senhor presidente acolhe as mesmas, repassa ao relator e concede prazo até a próxima reunião, para que ofereça novo parecer, conforme estabelece o Regimento Interno; 09) Projeto de Lei nº 132/2001, de autoria do Deputado Sérgio Spada. Concedido vistas ao Deputado Orlando Pessuti; 10) Projeto de Lei nº 070/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Senhor Deputado Caíto Quintana sugere o adiamento por uma reunião da presente matéria - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei nº 098/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 148/2001, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 119/2001, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 150/2001, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 096/2001, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 16)

Projeto de Lei nº 053/2001, de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 112/2001, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana sugerindo arquivamento - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do Deputado Beraldin. Concedido vistas ao Deputado Marcos Isfer; 19) Projeto de Lei nº 105/2001, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana sugerindo arquivamento - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 058/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do Deputado Eli Ghellere. O Senhor Deputado Sérgio Spada, relator da matéria, requer DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo - DEFERIDO; 22) Projeto de Lei nº 109/2001, de autoria do Deputado Moysés Leônidas. O Senhor Deputado Sérgio Spada, relator da matéria, apresenta parecer no sentido de que seja encaminhada a matéria ao autor para melhor adequação às normas legais e constitucionais - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Relator
Ana Lúcia Andretta - Secretária